

## Preservar o ambiente é cuidar da vida

EDSON MANOEL DOS SANTOS

O PAVS (Projeto Ambientes Verdes e Saudáveis) é uma iniciativa das Secretarias Municipais do Verde e do Meio Ambiente, da Saúde e Assistência e Desenvolvimento Social. Em 2007 o projeto envolveu 80 educadores ambientais que capacitaram mais de cinco mil agentes comunitários de saúde que atuam nas UBS (Unidades Básicas de Saúde) do PSF (Programa Saúde da Família) e alguns Agentes de Proteção Social. A formação teve seis eixos temáticos: lixo, água e energia, biodiversidade, convivência saudável com os animais e zoonoses, consumo responsável e cultura de paz e não-violência. Neste processo também aconteceram seminários integradores que reuniram mais de 10 mil pessoas entre educadores, agentes comunitários e representantes da comunidade.

As atividades permitiram aos

participantes identificar as necessidades locais e propor ações para melhorar a qualidade de vida das comunidades. A partir das propostas serão elaborados projetos de políticas públicas voltadas para a inclusão das questões ambientais no conjunto das ações de promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida da população.

Na Zona Norte, as propostas são de arborização de vias públicas e praças, programas de coleta seletiva, revitalização de córregos, oficinas para produção de sabão a partir do óleo de cozinha, atividades de educação ambiental, entre outras ações. Há uma articulação entre educadores ambientais, hoje gestores locais, a comunidade e as autoridades e outros parceiros para que essas ações sejam executadas e seja gar-antida sua sustentabilidade.

EDSON M. SANTOS É BIÓLOGO E GESTOR LOCAL DO PAVS NA REGIÃO DE VILA BRASILÂNDIA.

## Ministério Público contra a prefeitura e o Estado

*A EJA (Educação de Jovens e Adultos) é um direito da população brasileira, que em São Paulo não é garantido a todos pela Prefeitura e pelo governo do Estado. O MP (Ministério Público) exige que cumpram sua função.*

A responsabilidade em garantir o acesso à EJA, desde a alfabetização até o ensino médio, é do Município e do Estado, de acordo com a Constituição Federal. No entanto, para o MP do Estado de São Paulo a oferta de EJA na capital é inadequada. O principal problema é que as Secretarias Estadual e Municipal de Educação não sabem precisamente qual é e onde está a demanda de educação de jovens e adultos na cidade.

Há três anos, 14 instituições sociais entraram com uma Representação no MP cobrando que, na Capital, seja realizado o censo de EJA, uma das exigências da lei. A partir de então o MP instaurou Inquérito Civil Público para investigar a procedência da Representação e propôs, no início de 2007, um Termo de Ajustamento de Conduta em que o Estado e Município se comprometeriam a realizar o censo; planejar atendimento e chamada pública e não fechar salas ou reduzir atendimento até a realização do censo. Porém, o Muni-

cípio não compareceu e o Estado apresentou proposta que foi avaliada com metodologia e abrangência inadequada.

Em janeiro deste ano, o MP propôs Ação Civil Pública contra o Estado e o Município por descumprimento da Legislação. As instituições sociais ingressaram como assistentes na mesma Ação, reforçando a solicitação do Ministério Público. E mais, o MP instaurou Inquérito Civil para apurar se houve improbidade administrativa por omissão na realização do Censo Educacional de EJA, do Secretário Municipal de Educação, Alexandre Alves Schneider e da Secretária Estadual de Educação, Maria Helena Guimarães de Castro.

Se você não concluiu o ensino médio, quer estudar e não encontrou vaga ou a escola não fez seu cadastro como demanda (ou lista de espera) ligue e denuncie no MP. Telefone: 3119 9000. Rua Riachuelo, 115 - Centro - São Paulo.

## Dez anos de luta, resistência e ousadia

JUÇARA TEREZINHA ZOTTIS

A lei 9.612/98 que regulamentou o serviço de radiodifusão comunitária no Brasil completou no dia 19 de fevereiro, 10 anos. Mas, para milhares de rádios é como se nunca tivesse existido. Mais de 20 mil entidades entraram com pedidos de autorização junto ao Ministério das Comunicações e, apenas 3.150 conseguiram. No Estado de São Paulo, dos mais de 5 mil pedidos, apenas 250 rádios têm autorização, ou seja, menos de 1%. No Rio de Janeiro, foram autorizadas apenas 70, dos mais de 600 pedidos.

É implacável a repressão das Polícias Civil e Federal contra as Rádios Comunitárias, calando a voz de muitas comunidades e organizações que lutam pela democratização da comunicação. São rádios de baixa potência comprometidas com projetos sociais que são fechadas de maneira arbitrária e seus dirigentes indiciados e criminalizados.

No Estado de São Paulo foram mais de 40 rádios fechadas nos últimos dois meses. Gerry de Oliveira, da Abraço (Associação



**Rádios Comunitárias:** falta de vontade política é um dos entraves para a legalização das emissoras de baixa potência

Brasileira de Rádios Comunitárias) de Campinas, denuncia que "em 10 anos, 20 mil emissoras de Rádios Comunitárias foram fechadas, com 5 mil pessoas processadas e mais de 130 milhões de reais em equipamentos apreendidos que viraram sucatas".

Para Gerry, a investida contra as Rádios Comunitárias tem como estratégia enfraquecer o movimento que luta por uma política de comunicação que favoreça as comunidades e fortaleça a organização popular.

Gerry ressalta que estas tentativas de enfraquecer os movimentos sociais por meio da força estão caindo por terra. "Hoje centenas de Emissoras Comunitárias

se organizam em todo o Estado para dar um basta a esta política de repressão".

Em muitas capitais como São Paulo que há mais de dois anos foi expedido o aviso de habilitação, nenhuma Rádio Comunitária foi autorizada. A burocracia, a falta de vontade política do Ministério das Comunicações, além dos interesses locais, dificultam o caminho dos que têm a proposta de fazer esse trabalho comunitário.

Durante o mês de março acontecerão atividades em todos os cantos do Brasil, no sentido de dizer ao Governo que é preciso acabar com esta política de comunicação que favorece as grandes redes e aniquila as iniciativas populares.

## População protesta contra projeto da Sabesp



**MST:** projeto da Sabesp de criar depósito de esgoto do Rio Pinheiros na fazenda Itaya atenta contra a vida

Mais de 300 pessoas da região Anhangüera, amanheceram dia 25 de fevereiro, na porta da sede regional da Sabesp, em Pinheiros, para protestar contra o projeto do aterro de resíduos que serão retirados do Rio Pinheiros, que a mesma pretende implantar na fazenda Itaya, Zona Oeste. A área é ocupada, desde 2002, por 120 famílias do MST, que transformaram a área no Projeto Comuna

da Terra. E desde a ocupação produzem alimentos (verduras, legumes, feijão, milho, frutas e criam pequenos animais).

Roseli Paimi comenta que "nestes seis anos de negociações entre INCRA (Instituto Nacional de Reforma Agrária), Sabesp e MST, o Governo do Estado assumiu o compromisso de transformar a área em um projeto de reforma agrária".

Em dezembro de 2007, numa reunião da direção do MST com o INCRA, descobriu-se que a Sabesp, pretende retirar as famílias e implantar na área o aterro.

Mário Bortoto, de Perus diz que "foi protocolado, dia 23 de janeiro, um pedido de audiência com o presidente da Sabesp, Gesner Oliveira, até hoje nenhum retorno, por isso viemos manifestar".

No final da tarde uma comissão foi recebida pelo presidente da Sabesp e ficou acertado novas reuniões de negociação.

## Por uma cidade sustentável

Demandas e estratégias da região Brasilândia e da Freguesia do Ó, foram pautas de debate na plenária livre que aconteceu dia 23 de fevereiro, na Escola Estadual João Solimeo, na Brasilândia. O evento fez parte das atividades do Movimento Nossa São Paulo, em preparação ao 1º Fórum Nossa São Paulo, que será dias 15 a 18 de maio com o tema: **Propostas concretas para uma cidade mais justa e sustentável.**

O objetivo é fazer uma reflexão sobre a cidade e a região e apresentar propostas de políticas públicas para serem incorporadas no documento a ser elaborado pelo Observatório Cidadão Nossa São Paulo. O documento conterá informações sobre a cidade, que servirá de base para a agenda de ações e visa comprometer a sociedade e os governos com uma cidade justa e sustentável.

Além das propostas, a plenária definiu que o Fórum Regional vai manter reuniões regulares, porque além de apontar as carências e problemas é preciso apontar alternativas viáveis.

Participaram da plenária lideranças de diversos setores da sociedade, dos movimentos sociais, entidades, igrejas e cidadãos que têm como missão repensar a cidade e construir uma cidade mais justa, humana, solidária e sustentável.

Mais informações sobre o movimento Nossa São Paulo, ligue para 3894 2400 ou acesse: [www.nossasaopaulo.org.br](http://www.nossasaopaulo.org.br)

**Interativa Studio**  
Reportagens  
Casamento - Bodas - Aniversários  
Retrospectivas - Formaturas  
3972 4060 / 8952 7672  
[interativastudio@bol.com.br](mailto:interativastudio@bol.com.br)